

## Assembleia-Geral da AMB aprova relatório de actividades e contas de 2015



### AMB interage com a CTA

Para entendimento e busca de melhores soluções na aplicação das recentes medidas financeiras adoptadas pelo Banco de Moçambique (BM), a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) reúne-se com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB). *Pág. 3*

### Economia global continua magra em 2016

Economia global voltou a “emagrecer” em 2016 e a actividade económica aumentará 3,4%, e 3,6% em 2017. *Pág. 5*

### AMB e IPEME divulgam oportunidades de financiamento às PME's

“a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, reduzido poder negocial, fraca capacidade de gestão empresarial, debilidades na estruturação de planos de negócio constituem desafios para PME's acederem ao financiamento bancário”.

Dr. Oldemiro Belchior, Assessor Económico da AMB. *Pág. 7*

EDITORIAL



Dr. José Mussane - Secretário Geral da

## Crescem desafios para a nossa economia

O ano de 2015 terminou com a classificação de um ano atípico e considerado transitório para uma situação melhor nos anos subsequentes.

Na nossa edição anterior descrevemos que houve uma conjuntura económica doméstica adversa, destacando-se o agravamento do nível de inflação anual, desvalorização do Metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, redução da ajuda externa, desaceleração do investimento directo estrangeiro e abrandamento da actividade económica.

Estes factores associados às cheias no norte e seca no centro e sul do país e a retirada de ajuda financeira do G14, estimada em 467 milhões de dólares americanos, cerca de 12 por cento do Orçamento do Estado, na sequência da dívida pública não declarada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco

Mundial (BM), mas reconhecida pelo Estado moçambicano, aumentaram profundamente os desafios do país para o presente ano de 2016.

Por outro lado, estudos recentes prevêem que Moçambique registre este ano a taxa de crescimento de 4,8 por cento, a mais baixa dos últimos 15 anos, contra os 7 por cento previstos pelo governo moçambicano.

A baixa na taxa de crescimento deve-se, segundo a Economist Intelligence Unit, ao abrandamento da despesa pública e do investimento bem como aos impactos das condições climatéricas na produção agrícola.

A taxa de crescimento económico está a baixar desde o ano passado no país onde, de uma previsão inicial de 7,5%, a taxa real foi de 6,3 por cento.

A tendência de queda nos níveis de crescimento económico manter-se-á ao longo dos próximos anos, refere o Economist Intelligence

Unit.

De 6,8 por cento previstos ao ano entre 2017 a 2020, as previsões baixaram para 5,8 por cento. Deverão concorrer para o cenário futuro a manutenção dos preços baixos de matérias-primas, associado a uma procura cada vez menor. Em face destes cenários, e se a suspensão anunciada pelo FMI, BM e G14 levar muito tempo, o Governo anunciou a contenção de custos como uma medida a seguir para assegurar o funcionamento normal das instituições.

Seguramente, à par das medidas anunciadas pelo Governo, estamos em crer que o Banco de Moçambique irá adoptando medidas que se julgarem necessárias e que irão insidir sobre o Sector Bancário Comercial, requerendo-se, assim, um acompanhamento permanente da evolução da situação.

# Assembleia-Geral da AMB aprova relatório de actividades e contas de 2015

## E ratifica adesão do Banco Mais como membro efectivo da Associação

Reunida em Assembleia Geral Ordinária no dia 30 de Março de 2016, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) apreciou e deliberou positivamente o relatório de actividades, balanço e contas da Direcção relativos ao exercício de 2015, assim como apreciou e aprovou a proposta de orçamento de investimento e de funcionamento e ratificou a adesão do Banco Mais como membro efectivo.



Segundo o Dr. Teotónio Comiche, Presidente em exercício da AMB, em termos de actividades internas, a AMB que já conta com total de 17 membros, após a admissão do Banco Mais, continuou a consolidação das actividades planificadas, desenvolveu a ligação permanente com o Banco de Moçambique e com outros fóruns nacionais e internacionais de desenvolvimento de actividades económicas e financeiras em cumprimento dos acordos de cooperação e defesa dos interesses dos membros associados. Realizou, igualmente, a formação sobre Basileia II e sobre o combate à fraude bancária, co-organizada em parceria com a SABRIC.

Em termos de perspectivas, a AMB em 2016 pretende continuar as actividades técnicas e sociais, entre outras, a conclusão da revisão do Acordo Colectivo de Trabalho, a participação nas reuniões da SADC e nas negociações sobre a revisão do salário mínimo nacional, a realização de Pesquisa do Sector Bancário em

parceria com a KPMG, a participação nos fóruns de oportunidades de negócio e debate financeiro, assim como o desenvolvimento de acções de promoção de literacia financeira, em articulação com o Banco de Moçambique e outros parceiros.

No que tange a análise sobre a economia doméstica, um dos pontos da agenda da Assembleia Geral, a AMB apreciou que o desempenho económico de 2015 foi caracterizado por uma conjuntura adversa, destacando-se a depreciação acentuada do Metical, agravamento do nível de inflação, desgaste das reservas externas, queda dos preços internacionais das principais mercadorias que o país exporta, desaceleração do IDE e cheias na região norte e seca nas regiões sul e centro. Em relação à dívida pública, houve uma revisão em baixa das perspectivas económicas para Moçambique, segundo estudos das principais agências de *Rating*. No mercado monetário, o Banco de Moçambique adoptou uma política monetária mais restritiva, que se traduziu nos aumentos das taxas de referência no MMI, com incidência na FPC, FPD e RO's,

com objectivo de sustentar a depreciação do Metical e controlo da inflação. Na economia nacional há ainda a destacar a regulamentação adoptada pelo Banco Central como o Aviso que estabelece limites de pagamentos ao exterior com recurso ao Cartão Bancário Internacional e a Circular que estabelece os procedimentos de transferência e conversão de receitas de exportação.

No domínio da actividade económica e financeira, a nível internacional, a AMB constatou que em 2015 verificou-se um abrandamento da economia mundial para 3,1 por cento, face ao crescimento de 3,4 por cento registado em 2014, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Trata-se de uma revisão em baixa das perspectivas de crescimento (3,4 por cento em 2016 e 3,6 por cento em 2017). Estes dados resultam da desaceleração do crescimento económico nas economias dos mercados emergentes como a China, por exemplo, aliada à persistente queda dos preços das *commodities*.



# AMB interage com a CTA sobre políticas financeiras do Banco de Moçambique

Para entendimento e busca de melhores soluções na aplicação das recentes medidas financeiras adoptadas pelo Banco de Moçambique (BM), a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) reuniu-se, na sua sede na Cidade de Maputo, no dia 10 de Março de 2016, com a Associação Moçambicana de Bancos (AMB).

No encontro debateu-se a alegada fraca implementação do regulamento cambial em moeda doméstica, a fixação do limite de pagamento no exterior com cartão bancário internacional em 700.000,00 Mt por ano civil, sucessivos agravamentos das taxas de referência e dificuldades das empresas moçambicanas em efectuar os seus pagamentos no exterior.

Quanto à obrigatoriedade de pagamentos em moeda nacional prevista no Regulamento da Lei Cambial, os representantes da AMB esclareceram que este dispositivo está sendo implementado com sucesso nos bancos comerciais, onde a “meticalização” dos serviços financeiros é uma realidade no país. Porém, observou-se que ainda existem pessoas singulares, fora do circuito bancário, que persistem em fazer cobranças em moeda estrangeira.

Relativamente ao Aviso n.º 11/GBM/2015, de 7 de Dezembro, que fixa em 700.000,00Mt valor máximo anual de pagamentos ao exterior, com recurso a cartão bancário internacional, limite considerado pouco para algum empresariado nacional, a AMB entende que há razões que ditaram a tomada da decisão pelo Banco Central e há excepções nela contidas. Com efeito,



o BM fundamenta a necessidade de harmonizar os procedimentos do sistema bancário, no âmbito dos pagamentos ao exterior com recurso ao cartão bancário internacional, em observância à legislação cambial.

Embora o aviso estabeleça o limite de 700.000,00Mt, estão previstos casos que requeiram o estabelecimento de um limite excepcional, devidamente fundamentados, apreciados pelas entidades emitentes e submetidos à decisão do Banco de Moçambique.

No que tange aos sucessivos agravamentos das taxas de referência aplicadas pelo BM, constituem parte das

medidas de política monetária e visam dar resposta à conjuntura económica nacional.

Para qualquer dificuldade de pagamento no exterior apresentada pela CTA, a AMB considera não haver problemas generalizados, sendo que cada interessado ou cliente tem o seu balcão de referência para resolver as suas preocupações.

O encontro foi presidido pelo Director Executivo da CTA, Luís Eduardo Siteo, e nele participaram os representantes da Direcção da AMB.

## Banco de Moçambique decide manter as medidas de Política Monetária

Face a actual conjuntura económica nacional e internacional, que continua a apontar para riscos acrescidos e a exigir monitoria apertada, o Banco de Moçambique decidiu, no passado dia 14 de Março prosseguir com a intervenção nos mercados interbancários, visando garantir o cumprimento da meta indicativa da Base Monetária de Março de 2016 fixada em 66.443 milhões de Meticais.

Num comunicado enviado pelo Comité

de Política Monetária, o Banco Central decidiu, igualmente, manter as taxas de juro da Facilidade Permanente de Cedência de liquidez em 10,75%, de juro da Facilidade Permanente de Depósitos em 4,25% e manter o Coeficiente de Reservas Obrigatórias em 10,5%.

As medidas tomadas pela terceira vez consecutiva no presente ano, surgem pelo facto do Banco de Moçambique ter constatado que na conjuntura económica internacional regista-se uma recuperação ligeira dos preços de algumas

*commodities*, face aos mínimos registados este ano. Na conjuntura nacional, o Banco de Moçambique observa prováveis impactos das intempéries naturais que assolam o país que, conjugados com a tensão político-militar que dificulta a livre circulação de pessoas e bens ao longo do país, poderão afectar os objectivos macroeco-nómicos estabelecidos para 2016, nomeadamente, as previsões de crescimento do PIB e de inflação.

## País regista aumento progressivo de preços em 2016

**D**ados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) nas cidades de Maputo, Beira e Nampula indicam que o país registou, em Fevereiro último, um agravamento mensal do nível geral dos preços na ordem de 2,24 por cento.

A informação divulgada em Maputo pelo INE, refere que os preços da divisão de alimentação e bebidas não alcoólicas aumentaram em 4,21 por cento, o equivalente a uma contribuição no total da inflação mensal de, aproximadamente, 2,04 pontos percentuais (pp) positivos. Desagregando a inflação mensal por produtos, verifica-se que o aumento dos preços da Farinha de milho (11,7 por cento), do Tomate (5,9 por cento), do Peixe fresco, refrigerado ou congelado (6,3 por cento), do Alface (28,2 por cento), do Feijão nhemba em grão seco (25,3 por cento), do Açúcar

amarelo (18,0 por cento) e do Arroz (2,1 por cento), foi responsável por 1,47pp positivos do total da inflação mensal registada.

Analisando os dados dos primeiros dois meses do ano em curso, o INE revelou que o país registou uma inflação acumulada de cerca de 4,95 por cento, sendo que a divisão da Alimentação e bebidas não alcoólicas contribuiu para este nível com 4,10pp positivos. A farinha de milho, o Tomate, o Arroz, o Feijão nhemba em grão seco, o Alface, o Peixe fresco, refrigerado ou congelado e o Coco, foram os que determinaram o comportamento do nível geral de preços, totalizando uma contribuição de, aproximadamente, 2,71pp positivos.

A fonte refere que os preços de Janeiro de 2016, quando comparados com os do mesmo mês de 2015, sofreram um agravamento na ordem de 12,18 por cento. A divisão de Alimentação e bebidas não alcoólicas contribuiu com 9,01pp positivos.

A nível dos três principais centros urbanos do país, a Cidade da Beira teve, em Fevereiro findo, o nível mais elevado de inflação mensal com 3,78 por cento, seguida de Maputo Cidade com 2,34 por cento e, por fim, a Cidade de Nampula com 1,31 por cento.

Em termos de contribuição no total da inflação mensal, a Cidade de Maputo esteve em cima, significativamente, ao contribuir com 1,18pp positivos, seguida da Cidade da Beira que contribuiu com 0,63pp positivos e Nampula que contribuiu com 0,43pp. A Cidade da Beira lidera o agravamento de preços também em termos homólogos com 15,49 por cento. As cidades de Maputo e Beira registaram agravamentos na ordem de 12,91 por cento e 9,47 por cento, respectivamente.

## Doing Business 2016: Em Moçambique persistem desafios no ambiente de negócios

**O** Banco Mundial considera que a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique continua a ser crucial para promover as empresas e a criação de emprego. O desempenho de Moçambique caiu, ligeiramente, no índice Doing Business de 2016 do Banco Mundial e ficou na 133.<sup>a</sup> posição (128.<sup>a</sup> no relatório anterior).

Num relatório recentemente publicado, o Banco Mundial defende que são necessárias medidas decisivas para resolver as dificuldades na obtenção de crédito pelas Pequenas e Médias Empresas (PME's) e reduzir o tempo excessivo que os investidores potenciais dedicam à abertura de novas empresas. O acesso à energia eléctrica e a resolução de conflitos comerciais acrescem os desafios sobre a facilidade de negócios em Moçambique.

No entanto, o Banco Mundial felicita as autoridades moçambicanas pela integração de oito províncias no e-BAU, uma plataforma informática destinada a fornecer serviços "online" a toda a comunidade empresarial.

De acordo com a Rádio Moçambique, a avaliação do ambiente de negócios decorre até dia 1 de Maio de próximo, data em que o Governo Moçambicano espera obter melhorias nos indicadores de melhoria de negócios.

A Directora de Apoio ao Sector Privado no Ministério da Indústria e Comércio, Ana Freitas, entrevistada pela Rádio Moçambique, disse que neste momento Moçambique é avaliado em dez indicadores, nomeadamente, abertura de empresas, obtenção da licença de construção, obtenção de electricidade, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção de investidores minoritários, pagamento de impostos, comércio transfronteiriço, execução de contratos e resolução de conflitos. Destes indicadores, constituem indicadores críticos a execução de contratos, obtenção de electricidade e crédito, comércio transfronteiriço, abertura de empresas e pagamento de impostos.

As autoridades estimam que, devido a esta reforma, o número de dias necessários para licenciar actividades económicas reduzirá, em média, de 15 para 3, no máximo, em todas as províncias

envolvidas.

Até Julho de 2016, as restantes três províncias (Manica, Zambézia e Niassa) e todos os concelhos municipais e capitais provinciais, deverão estar integrados na plataforma e-BAU.

Numa análise às estatísticas e disponibilidade de dados, o Banco Mundial nota que apesar de, no geral, o sistema estatístico ser suficiente para apoiar a supervisão e o acompanhamento do programa, é necessário melhorar a divulgação e a transmissão regular de dados.

"Existem debilidades, sobretudo nas áreas de contas nacionais, balança de pagamentos e estatísticas de dívida externa. As autoridades deveriam melhorar a qualidade e a frequência da divulgação de dados, apoiada por assistência técnica do FMI e de outras entidades", frisa o relatório.

De acordo com o Jornal "Notícias", edição on-line de 25 de Janeiro de 2016, a parceria entre Moçambique e o Fundo Monetário Internacional (FMI) tem como base o PSI (um



instrumento do Fundo concebido para países que não necessitam de apoio financeiro à balança de pagamentos).

Todavia, o FMI refere, igualmente, no seu relatório, que as autoridades moçambicanas solicitaram uma Linha de Crédito “Stand-by” (SCF) para complementar o PSI e, deste modo, fazer face à actual necessidade de financiamento da balança de pagamentos e apoiar as reservas, o que também transmitiria um sinal forte aos mercados sobre a intenção das autoridades de estabilizar a situação económica e financeira. A SCF terá

uma duração de 18 meses.

O seu objectivo será aliviar o choque externo até à primeira metade de 2017, mas mantendo os actuais objectivos do PSI de fortalecer a estabilidade macroeconómica, investir nos sectores de infra-estruturas e social, promover o crescimento inclusivo e desenvolver capacidade em planeamento de investimentos e gestão da dívida e da riqueza de recursos naturais. O acompanhamento do programa será sincronizado com o PSI.

“A necessidade da balança de

pagamentos será mais elevada em 2015 e no início de 2016, à medida que as importações se forem ajustando gradualmente à restritividade das políticas económicas e à desvalorização cambial, o que justifica a antecipação dos desembolsos da SCF”, refere o FMI.

Ainda de acordo com a fonte, o ajustamento em 2016 e a triplicação da capacidade de exportação de carvão em 2017 (projecto ferroviário de Nacala) eliminarão gradualmente

## Fitch reavalia economia de Moçambique

A agência Fitch, de notação financeira, vai avaliar novamente, no final de Abril a evolução da situação económica de Moçambique para decidir se mantém ou se corta o “rating” do país, actualmente em Perspectiva de Evolução Negativa.

A próxima análise da Fitch sobre Moçambique está marcada para dia 29 de Abril e os analistas alertam que vão estar atentos, entre outros, aos três aspectos seguintes que podem desencadear uma descida do “rating”: degradação da dinâmica de dívida pública e externa, deterioração no nível e na trajectória prevista de cobertura das reservas em moeda estrangeira e mudanças nos preços da matéria-prima que possam colocar em causa o desenvolvimento do sector do Gás Natural Liquefeito (GNL) e erodir a sustentabilidade da dívida externa.

## 5ª Edição da Conferência e Exposição de Mineração, Petróleo e Energia de Moçambique

Decorreu, de 27-28 de Abril de 2016, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano em Maputo, a 5ª edição da Conferência e Exposição de Mineração, Petróleo e Energia de Moçambique (MMEC).

O evento foi organizado pela AMETrade Ltd. em coordenação com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e Associação Geológica Mineira de Moçambique (AGMM).

O tema principal da conferência foi “Utilizar os recursos naturais nacionais para catalisar o desenvolvimento de infra-estruturas, crescimento inclusivo e transformação económica”. O evento foi dividido em três áreas, nomeadamente, Mineração, Petróleo e Energia.

## Economia global continua magra em 2016

Economia global voltou a “emagrecer” em 2016 e a actividade económica aumentará 3,4%, e 3,6% em 2017

No seu último relatório, o Fundo Monetário Internacional (FMI) diz que a economia global voltou a enfraquecer, e alerta para o facto de ser “extremamente vulnerável a choques adversos”.

De acordo com o FMI, o enfraquecimento da economia mundial acontece perante “uma crescente turbulência financeira e redução nos preços dos activos”. Entre as preocupações derivadas do crescimento económico global, inclui-se o abrandamento da economia chinesa, a segunda maior do mundo. As taxas do crescimento económico da China são as mais baixas em 25 anos. Ao mesmo tempo que se fala de uma modesta evolução, abaixo da “linha de água”, das economias avançadas, o FMI salienta que a reduzida procura em alguns países, e um maior enfraquecimento do potencial crescimento, ainda impedem a recuperação económica. A estes constrangimentos juntam-se as preocupações resultantes do impacto global, provocado pela transição da China para um crescimento mais equilibrado, sem descurar os sinais de desconforto noutros grandes mercados emergentes, incluindo aqueles onde se regista uma redução dos preços das matérias-primas.

A actividade económica aumentará 3,4 por cento em 2016, apelando ao G20 para planificar novos mecanismos visando proteger as nações mais vulneráveis.

O Fundo Monetário Internacional também refere, no seu relatório, que as perspectivas de crescimento não podem ficar comprometidas em virtude da turbulência dos mercados, choque dos preços do petróleo e conflitos geopolíticos.

No início deste ano, o FMI baixou a sua previsão para o crescimento económico global, e agora acredita que, neste 2016, a actividade económica irá registar um aumento de 3,4 por cento, e 3,6 por cento em 2017.

# AfricanExport-Import Bank mais próximo de Moçambique

O African Export-Import Bank (AFREXIMBANK) pretende fazer parte da história de desenvolvimento económico em curso no país, oferecendo serviços financeiros, para além de ser agente em Moçambique para promover o comércio no continente africano.

Esta pretensão foi anunciada por Gift Simwaka, representante do AFREXIMBANK, durante o fórum empresarial que decorreu em Maputo, nos dias 10 e 11 de Fevereiro de 2016, co-organizado pelo AFREXIMBANK e o Banco de Moçambique sob o lema: **“Promovendo o Desenvolvimento Económico e a Diversificação através do Comércio”**.

Durante o encontro, foi anunciado que Moçambique beneficiou, até ao momento, de cerca de 90 milhões de dólares americanos concedidos pelo (AFREXIMBANK), que foram atribuídos a quatro instituições para o exercício das suas actividades no ramo económico.

Apesar de ser membro fundador do AFREXIMBANK, instituição financeira pan-africana criada em 1993, que conta actualmente com 125 membros, dentre países e instituições, o benefício dos seus fundos para Moçambique é considerado ainda menor.

Segundo Gift Samwaka, sempre que há uma crise financeira mundial, constata-se que muitas instituições financeiras internacionais retiram da África as suas linhas de crédito e para contornar esta situação é preciso criar uma capacidade robusta interna no continente africano.

O interesse de Moçambique é, segundo a Administradora do Banco



Dr. Gift Simwaka do AFREXIMBANK (African Export-Import Bank)

de Moçambique, Joana David Matsombe, que as novas perspectivas de exportação do país, alicerçadas nos vários recursos de que dispomos, com destaque para os minerais, tais como o gás e o carvão, sirvam de alavanca para a promoção de um crescimento económico robusto e sustentável, através do aumento da contribuição das exportações no nosso PIB, que tem rondado os 26%, em média, nos últimos cinco anos, incluindo os grandes projectos, e cerca de 10%, quando excluídas as transacções destas empresas. Esta última percentagem está ainda muito abaixo da média dos países africanos, que se situa actualmente entre os 20% e 22%, o que traduz, entre outros factores, a fraca produção interna orientada para a exportação, mostrando-se, por isso, necessário adoptar medidas de política e estímulos que propiciem o

aumento das condições de produção doméstica e promoção das exportações.

Joana Matsombe acrescentou que “com a estabilidade económica e financeira que se regista no nosso país, estamos em crer que o AFREXIMBANK, ao disponibilizar linhas de financiamento para a promoção do comércio externo, pode tornar-se num parceiro estratégico para apoiar a concretização deste desiderato nacional de aumento das exportações e contribuir para a redução do nosso défice da conta corrente sobre o PIB, que se situa em torno de 36% do PIB, quando considerados os grandes projectos, ou 26%, quando excluídos”.

## Governo busca novas estratégias para o Desenvolvimento das PME's

O governo está a rever as políticas de Qualidade Industrial e a Estratégia para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME), a fim de adequá-las às actuais necessidades e desafios do país, que passam por uma indústria que coloque produtos de qualidade no mercado interno e internacional.

Esta revisão visa igualmente, aperfeiçoar o Sistema de Normalização e Certificação de Qualidade dos produtos, bem como contribuir para o

desenvolvimento e competitividade da indústria nacional.

De acordo com a secretária permanente do Ministério da Indústria e Comércio, Carla Soto, a revisão destes instrumentos “enquadra-se nos esforços do Governo para criar condições para que Moçambique tenha uma infra-estrutura de qualidade e cumpra os requisitos internacionais”.

Carla Soto falava recentemente, na cidade de Maputo, num seminário alusivo aos 23 anos do Instituto Nacional de Normalização e Qualidade (INNOQ). Sobre o INNOQ, a

secretária permanente referiu que o Governo está a investir no sentido de esta entidade ter equipamento e pessoal para que possa desempenhar o seu papel, nomeadamente a implementação da Política Nacional de Qualidade, através da concretização das actividades de normalização, metrologia, certificação e gestão de qualidade.

# AMB e IPEME divulgam oportunidades de financiamento às empresas moçambicanas

A 9 de Outubro de 2014, na Cidade de Maputo, foi rubricado pelo “O Camões” - Instituto de Cooperação e da Língua Portuguesa, pelo Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e pela Associação Moçambicana de Bancos (AMB), o Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) avaliado em 434 Milhões de Meticais. Trata-se de um fundo financeiro disponível em quatro bancos comerciais, nomeadamente, Banco Internacional de Moçambique (BIM), Banco Comercial e de Investimentos (BCI), Moza e Banco Único.

Volvido um ano da sua operacionalização, o IPEME, entidade parceira do FECOP, disse que das 11 empresas concorrentes em 2015, apenas 3 candidaturas foram aprovadas para o financiamento, destacando-se como motivo de reduzido nível de procura, a falta de conhecimento da existência do fundo e também as dificuldades que as PME's enfrentam para cumprir com os requisitos necessários para o efeito.

Para contornar esta situação, o IPEME, em colaboração com a AMB, promoveu um Workshop, no dia 11 de Abril de 2016, na Cidade de Maputo, para divulgação e esclarecimento das condições de acesso ao Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP).

No encontro organizado pela Câmara de Comércio de Moçambique, a AMB esclareceu que a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, reduzido poder negocial, fraca capacidade de gestão empresarial, e debilidades na estruturação de planos de negócio constituem desafios para PME's acederem ao financiamento bancário.

De acordo com o Dr. Oldemiro Belchior, Assessor Económico da AMB, a parte mais significativa da actividade empresarial é financiada pelo sector bancário em Moçambique, sendo que a eficácia dessa parceria é essencial para o desenvolvimento económico e social do país.

Portanto, o Dr. Belchior afirmou que qualquer PME que precisa de apoio bancário para desenvolver a sua actividade comercial, deve dar-se a conhecer com total transparência ao



**“a falta de contabilidade organizada, insuficiência de garantias, reduzido poder negocial, fraca capacidade de gestão empresarial, debilidades na estruturação de planos de negócio constituem desafios para PME's acederem ao financiamento bancário”.**

Dr. Oldemiro Belchior, Assessor Económico da AMB

seu banco e deve procurar conhecer melhor os parâmetros que condicionam a actuação do seu financiador. No caso do FECOP, como noutras linhas especiais, o acesso ao financiamento bancário assenta fundamentalmente em três pilares centrais: a idoneidade empresarial, capacidade creditícia do mutuário e a contabilidade organizada. “Portanto uma empresa que actua com ética e transparência, demonstrando capacidade financeira para reembolsar o empréstimo, e apresenta informação contabilística fiável, facilmente, poderá beneficiar do crédito bancário”, frisou.

Por seu turno, Dra. Madina Ismael do IPEME disse que a sua instituição tem na Cidade e Província de Maputo, assim como em vários pontos do país, Centros de Apoio Empresarial para capacitar às Micro, Pequenas e Médias Empresas moçambicanas.

Para a Dra. Luisa Diogo, moderadora do

debate entre os Bancos, o IPEME e os empresários, o FECOP é uma linha de financiamento bastante importante para as PME's porque trás consigo condições atractivas para aqueles que querem empreender e mudar as suas vidas, ao mesmo tempo que mudam também a vida de milhões de moçambicanos e essas provocam a mudança da vida económica dum país todo.

A Dra. Luisa Diogo saudou o encontro que foi muito produtivo e sublinhou que as instituições envolvidas no FECOP comprometeram a melhorar os seus critérios por forma a facilitar a adesão de mais empresas beneficiárias.



# Envolvendo membros da AMB: AT procura flexibilizar pagamento de impostos

Os sistemas de cobrança de impostos em Moçambique deram um passo importante com o lançamento oficial, no dia 18 de Abril de 2016, do *e-Tributação*, uma plataforma que permite o pagamento de impostos através dos bancos comerciais para vários pontos do país. Numa primeira fase, esta facilidade está disponível nas Unidades de Grandes Contribuintes (UGC) de Maputo e Matola.

Numa cerimónia realizada na capital do país, também foi assinalada a entrada do novo implementador na dinamização da conclusão das funcionalidades complementares do sistema. Para o efeito, foi rubricado um contrato envolvendo a Autoridade Tributária e parceiros privados, um consórcio composto por três empresas, nomeadamente, a Nova Base Sistemas de Informação e Tecnologia, SA; Nova Base Business Solutions e a Intrasoft International, SA.

Com a implementação do *e-Tributação*, o Estado pretende modernizar e flexibilizar a área dos impostos internos em todo o território nacional. Com este sistema, os contribuintes passam a poder aceder, via Internet, a formulários que lhes possibilitam a liquidação dos impostos via banco.

Para o efeito, foi disponibilizado uma ferramenta denominada *e-Declaração*, através da qual o contribuinte poderá

submeter as suas declarações. Numa primeira fase, o sistema está interligado às (UGC), esperando-se que mais tarde se expanda para todos os contribuintes abrangidos pelo sistema fiscal nacional

Acredita-se que a implementação efectiva do *e-Tributação* possa simplificar os procedimentos para a declaração do pagamento dos impostos; diminuir custos de cumprimento das obrigações aos contribuintes; melhorar o controlo de fiscalização e gestão dos impostos; melhorar substancialmente a contabilização; diminuir os custos de cumprimento das obrigações dos

Procedendo ao lançamento do *e-Tributação*, Fernando Colaço, director-geral adjunto de Impostos Internos na Autoridade Tributária de Moçambique (AT), contextualizou que a criação do *e-Tributação* faz parte das metas traçadas pela instituição para o Quinquénio 2010/2014.

Por seu turno, Hermínio Sueia, director do Centro de Desenvolvimento de Sistema de Informação de Finanças (CEDSIF), órgão da AT, explicou que o *e-Tributação* assenta numa plataforma tecnológica

designada por ETPM – Enterprise Taxation and Policy Management implantada e em operação num centro de dados, robusto e dotado de mecanismos que garantem segurança, rapidez, confiabilidade e redundância instalada no CEDSIF.

Referiu que o estabelecimen



contribuintes, alargando a base tributária; melhorar substancialmente a contabilização e a agilidade de informatização das receitas na Conta Única do Tesouro, reduzir os custos administrativos inerentes à emissão das receitas do Estado, disponibilizar informação de gestão com muita flexibilidade e eliminar a dependência externa na manutenção correctiva evolutiva do sistema.

to de parcerias com empresas credenciadas em matéria de desenvolvimento e implementação de tecnologias é parte da estratégia do CEDSIF para garantir rapidez, eficiência e inovação de modo a prover aos seus clientes produtos e serviços que superem as suas expectativas em termos de qualidade.



## Ficha técnica

**AMBNewsLetter:** Boletim Informativo da Associação Moçambicana de Bancos; Dispensa de Registo Nº.03/GABINFO-DEC/2015; Edição nº 06, Abril de 2016; **Coordenador Editorial:** José Mussane; **Revisão:** Anastácia Rosária. **Redacção, Fotografias e Maquetização:** Benjamim M. Chabualo; **Análise Económica:** Oldemiro Belchior; **Periodicidade:** Trimestral; **Distribuição:** Gratuita. Contactos: 258-21310818; Móvel: 258-823207330.

E-mail: [ambancos@teledata.mz](mailto:ambancos@teledata.mz) [www.amb.co.mz](http://www.amb.co.mz)

Maputo - Moçambique